CONCLUSÃO

No desenvolvimento de nossa pesquisa, mostramos por vários caminhos a centralidade da noção de *impredicatividade* para as principais posições mantidas por Wittgenstein ao longo do desenvolvimento de seu pensamento e, particularmente, em sua Filosofia da Matemática. Esperamos ter deixado clara a relação da *impredicatividade* com o princípio da anterioridade da semântica em relação à verdade. A partir disso, nos foi possível avançar alguns passos na compreensão da importância da *teoria das descrições* mantida por Russell para seu tratamento dos paradoxos, estabelecendo diversos ganhos envolvidos em uma abordagem funcional (insaturada) da generalidade. Vimos como o princípio da anterioridade da semântica em relação à verdade reapareceu nas análises de Wittgenstein do discurso necessário, condicionando mesmo suas críticas a Russell. Desta forma, identificamos o cerne destas críticas no caráter *impredicativo* da necessidade. Apesar do inegável ganho envolvido na análise funcional de Russell, esta análise precisava, para funcionar, ser complementada por uma noção em relação a qual a interdição da *impredicatividade* fosse abolida, e este é o papel cumprido pela noção de ‘operação’ no *Tractatus*. Mostramos também como este caráter *impredicativo* da necessidade é importante para todo sistema *tractatiano*, condicionando a distinção central entre *dizer* e *mostrar*, a abordagem das constantes lógicas, e o tratamento da noção de ‘número’ como um *conceito formal*. Em seguida, vimos como a inversão do primado da extensão pelo primado da intensão foi operada no pensamento de Wittgenstein a partir da análise dos enunciados graduais, que tornaram evidente a impossibilidade da suposição de átomos extensionais independentemente dados na base do sistema. A partir disso, podemos compreender melhor a recusa ao realismo e à distinção entre ‘factual’ e ‘em princípio’ no contexto matemático, ressaltando também a importância do caráter *impredicativo* da necessidade para a abordagem das demonstrações matemáticas.

Sendo assim, concluímos que Wittgenstein jamais abandonou o caráter *impredicativo* da necessidade. O conteúdo que carrega sua própria verdade (necessário) tem a estrutura *impredicativa*, a estrutura que está na base dos

paradoxos. Se estivermos corretos, o ponto central das análises de Wittgenstein, e também a razão da sua permanente recusa à assimilação do tratamento do âmbito normativo (necessário) com o tratamento do âmbito empírico (contingente) da linguagem, é este caráter *impredicativo* do primeiro, cuja desconsideração (ou a falha em compreender suas implicações) nos conduz às confusões filosóficas. Tal caráter torna-se evidente na medida em que uma predicação necessária é já suposta pelo sujeito da atribuição (ou, parece, em algum sentido, *ser interna* a este). Se *o que é afirmado* e *aquilo sobre o que o que é afirmado é afirmado* não são independentes – de tal modo que, por isso, o oposto do que é afirmado é impossível – no âmbito necessário, os argumentos supõem sempre já a função sob a qual caem.

Além disso, a maneira *impredicativa* do âmbito normativo funcionar consiste ao mesmo tempo em um colapso da verdade com a semântica, que pode ser entendido também como um colapso entre extensão e intensão, no qual esta diferença deixa de fazer sentido. O que mudou, portanto, no pensamento de Wittgenstein foi a maneira de compreender este colapso, pois no período inicial do seu pensamento este significou banir o sentido da necessidade, enquanto que no período tardio o mesmo colapso significou banir a verdade da necessidade. Sendo assim, podemos concluir o seguinte esquema geral:

I.

I.i. Característica permanente:	Âmbito necessário da Linguagem $\Leftrightarrow$ Colapso entre extensão e intensão
I.ii. TLP:	I.i. significa que o âmbito necessário é completamente extensional
I.iii. IF e RFM:	I.i. significa que o âmbito necessário é completamente intensional

II.

I.ii. $\rightarrow$ o âmbito necessário não tem sentido

I.iii. $\rightarrow$ ao âmbito necessário não se aplica a noção de verdade

Acreditamos que assim nosso trabalho avançou importantes passos na defesa da coerência interna do pensamento de Wittgenstein. Apesar da maneira como sua obra é escrita, a Filosofia de Wittgenstein deve sim ser compreendida mais como uma análise conceitual do que como uma teoria (pelas razões expostas

já na introdução do presente trabalho), mas isso não significa que ele não sustente posições definidas, que seu pensamento não se desenvolva com base em argumentos passíveis de explicitação analítica (ainda que estes não estejam sempre completamente claros) e, sobretudo, que ele não apresente mesmo um pensamento sistemático e passível de hierarquização conceitual. Tal como analisamos, suas posições (inclusive aquelas relativas ao papel da Filosofia) podem ser rastreadas tendo em vista determinadas análises da necessidade e da generalidade que ele acredita se seguirem da maneira como a linguagem funciona. Sua Filosofia é, portanto, muito menos esquizofrênica do que já se pretendeu, embora muito mais monomaniaca do que se tem imaginado.

Além disso, suas análises conceituais carregam sim a pretensão à necessidade, pois devem se seguir das noções em questão e não de dados empíricos. As posições as quais chegamos por meio de tais análises não correspondem ao mundo, ao modo de teses verdadeiras, mas são razoáveis porque o mundo não pode contradizê-las, sem deixar de ser o que compreendemos por mundo, desde que não é mesmo inteligível sem estas. No limite, no então propriamente denominado 'ontológico', nosso mundo e nosso arcabouço conceitual só podem se constituírem mutuamente. Por isso mesmo não podemos julgar as nossas *determinações semânticas* por comparação com alguma entidade independente, por meio de algum critério neutro, embora possamos sempre dizer que estas são razoáveis, e, até, sumamente razoáveis, na medida em que se ligam diretamente, *relacionam-se internamente*, com a realidade, e são, mesmo, inseparáveis desta.

Gostaríamos por fim de ressaltar que se em vários pontos não fomos exaustivos em nossas análises, consideramos ainda um ganho, neste caso, sacrificar o detalhe por uma visão abrangente das relações conceituais centrais. Além disso, ressaltamos ser um campo ainda não explorando, que se mostrou bastante profícuo ao longo de nossa pesquisa, as relações do construtivismo matemático de Poincaré e de Wittgenstein. Apesar das posições inegavelmente distintas que estes mantêm, nos parece digno de nota que, em relação a vários pontos, Wittgenstein e Poincaré tenham desenvolvido independentemente argumentos extremamente similares. Interessante notar também que, em ambos, a importância conferida à 'impredicatividade', sua relação com o *infinito* e, conseqüentemente, a determinação da generalidade, é central. Poincaré cunhou

mesmo o termo 'impredicatividade', e sempre a levou a sério como uma questão de princípio capaz de deixar claro o caráter, segundo ele, *sintético a priori* da necessidade matemática. Wittgenstein seguiu caminhos próximos, ainda que com conclusões diversas sobre a necessidade em questão, ele aplicou as análises da relação entre impredicatividade e generalidade à própria determinação da semântica. Atentar para a proximidade das abordagens em questão, guardadas suas divergências, nos parece um ponto a favor da objetividade das análises conceituais apresentadas, cuja comparação e complementação podem gerar não apenas uma melhor compreensão dos autores, mas também, o que é mais importante, do próprio assunto tratado, isto é, das relações conceituais em questão.